



Veredas atemática Volume 18 nº 2 – 2014

O anverso dos processos de regulação e higienização do eros homoafetivo: o "sintoma" no discurso de inclusão social

Aracy Graça Ernst (UCPel)
Marchiori Quadrado de Quevedo (UCPel)

RESUMO: A partir da Análise de Discurso pecheuxiana, investigamos duas peças de uma campanha portuguesa contra o *bullying* homofóbico nas escolas. Entre ambas, temos a repetição de elementos verbais e visuais, mas também flagrantes diferenças quanto à apresentação dos corpos de rapazes e de moças, em meio a outros estranhamentos visuais e verbais. Essas são pistas de um discurso que, embora atento à violência sofrida por uma minoria, constitui-se a partir de um lugar muito preciso: o do heterossexual.

Palavras-chave: discurso; imagem; *bullying*

Considerações iniciais

No bojo das mais variadas formas de violência que encontram na escola um dos seus primeiros lugares de realização, a homofobia avulta-se-nos hoje a reboque da conscientização tanto dos homossexuais no que tange aos seus direitos (especialmente, o de ser respeitado) quanto dos heterossexuais no que tange aos seus deveres. A produção social, discursiva dessa categoria de violência – a homofobia – e o seu correlato escolar – *bullying* homofóbico –, decerto não descortinam uma prática antes inexistente. Apenas a destacam, por sua motivação e por seu *modus operandi*, de outras práticas de poder intimidatório no rito escolar e de demarcação de lugares que a sociedade continuará reproduzindo e, dessarte, sustentam ideologicamente uma prática de resistência.

Como ponto de partida da discussão aqui proposta, pretendemos conceituar

homofobia de acordo com Borrillo, para quem ela se constitui como a hostilidade

general, psicológica y social, respecto a aquellos y aquellas de quienes se supone que desean a individuos de su propio sexo o tienen prácticas sexuales con ellos. Forma específica del sexismo, la homofobia rechaza también a todos los que no se conforman con el papel predeterminado por su sexo biológico. Construcción ideológica consistente en la promoción de una forma de sexualidad (hetero) en detrimento de otra (homo), la homofobia organiza una jerarquización de las sexualidades y extrae de ella consecuencias políticas. (2001, p. 36).

Essa hostilidade ostensiva ou velada dirigida aos homossexuais materializa-se nas ações quotidianas de socialização realizadas no âmbito escolar como práticas que vão do isolamento do colega homossexual à violência física (potencial ou efetivamente realizada), passando pela violência simbólica do escárnio implícito ou explícito. Tal fato, embora devesse ser estranho à escola – por ser esse um espaço de educação formal, mas também convivial –, encontra ali terreno fértil para se desenvolver, revelando o despreparo do aparelho escolar para lidar com a maior visibilidade da questão de gênero, conforme nos aponta Louro:

A escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém "assuma" sua condição de homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual [...], a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, dessa forma, oferece poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, o lugar do desconhecimento e da ignorância. (2000, p. 30).

Como bem ainda aponta a autora em outra obra, essa prática política de desconsideração do homossexual – tanto como sujeito individuado pelo Estado, cidadão (ao qual são garantidos direitos), quanto como sujeito histórico (que se organiza a partir de outras modalidades de subjetivação) – funciona pelo silenciamento (e, dado o sucesso dessa prática, pela "eliminação" do diferente). A função social *higienizadora* dessa prática é, por um lado, a da interdição do desejo (do e pelo homossexual) e, por outro, a da “garantia da norma” (LOURO, 1997, p. 68).

A *norma* a que se refere Louro não é outra senão uma concepção heterocentrista, cujos fundamentos ideológicos encontram uma materialidade que podemos ler como a que oscila do heteronormativismo – projeção desses fundamentos nos campos moral e legal, produzindo dados efeitos de sentido, como, respectivamente, por exemplo, a naturalização de relações heterossexuais e a proibição do estatuto de casamento às uniões homoafetivas – ao machismo (uma espécie de exacerbação da dessimetria, visto que a estende às relações entre os gêneros masculino e feminino). No discurso machista, temos o que poderíamos considerar uma espécie de hiperespecialização dos papéis sociais.

Dessarte, o machismo – que, para Castañeda, se define por um "conjunto de crenças, atitudes e condutas que repousam sobre duas ideias básicas: [...] a polarização dos sexos [e] a superioridade do masculino" (2006, p. 16) –, estabelece uma relação dessimétrica que irmana duas minorias. E produz, pelo atravessamento de discursos outros (cientificamente datados, como o discurso biologicista lombrosiano; atemporais, como o cristão, etc.), as evidências que sustentam seu ideário de superioridade masculina em uma sociedade contraditória, conforme podemos perceber no seguinte excerto:

Se, por um lado, alguns setores sociais passam a demonstrar uma crescente aceitação da pluralidade sexual e, até mesmo, passam a consumir alguns de seus produtos culturais, por outro lado, setores tradicionais renovam (e recrudescem) seus ataques, realizando desde campanhas de retomada dos valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física. (LOURO, 2000, p. 21)

Em outras palavras, os tempos hodiernos, embora apresentem avanços na garantia dos direitos aos homossexuais (e cabe aqui recordar que, na atualidade, a discriminação por expressão sexual encontra antídoto jurídico), são palco de retrocessos mesmo no ordenamento legal, como a interdição da discussão de gênero no Plano Nacional de Educação. Sob o signo da contradição, o hoje convive com o fluxo de milhares de pessoas nas paradas gays espalhadas pelo Brasil e os linchamentos homofóbicos no seio das cidades onde predominantemente pulsa a vida cultural do país ou o histrionismo reacionário nos plenários e palanques.

Para analisar como tal dessimetria de poder se materializa no imagético e no verbal, observemos duas peças publicitárias – justapostas em uma mesma imagem, apenas para efeito expositivo –, criadas pela designer Vanessa Silva para a portuguesa Rede Ex Aequo e financiadas pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero (CIG), via Programa EEA Grants e pelo Instituto Português da Juventude¹. Ressalte-se que a iniciativa enfrentou obstáculos para chegar às escolas².

¹ Disponível em: < <http://dezanove.pt/104417.html> > Acesso em: 23 mai.2014.

² Disponível em: < <http://moradasdedeus.blogspot.com.br/2011/02/ministerio-da-educacao-trava-na-luta.html> > Acesso em: 23 mai.2014.



Figura 1 – Propaganda contra o *bullying* homofóbico³

Gesto de análise – o(s) nós, o ele/ela, o isso

Percebemos entre ambas um efeito identitário (se pensarmos em termos de uma identidade visual da campanha), a partir da reiteração de alguns elementos verbais e visuais. Para emprendermos nosso gesto de interpretação, discriminaremos quatro SDs. A SD1 – “[X] é [y] e estamos bem com isso” (em que X é ocupado por [Ele] ou [Ela], e Y o é por [gay] ou [lésbica]). A SD2, composta pelo enunciado “O *bullying* homofóbico não é aceitável em nossa escola”. A SD3, composta pelo cenário, cujos elementos visuais produzem o efeito de memória de um ambiente escolar. E a SD4, composta pelos três jovens (do sexo masculino ou feminino) que encenam a peça.

Ao iniciarmos pela materialidade verbal nossa análise, cabe considerar, a partir da SD1, dois aspectos já de partida. O primeiro refere-se ao funcionamento textual de tal enunciado verbal que, em concerto com o enunciado visual da faixa transversal azul (tanto na posição central – no caso da peça com os rapazes – quanto na superior – no caso da peça com as moças), cumpre uma função enunciativa de intitulação da campanha/peça (funcionando à guisa de um slogan), assim como suporta um gesto, uma operação de designação: diz-se de alguém o que esse alguém é.

O jogo de sentidos da peça textual, no entanto, começa por uma estratégia de alheamento/distanciamento entre designador e designado, uma vez que não há um gesto autodesignativo na peça. No funcionamento do pronome de terceira pessoa, claramente recupera-se que a posição-sujeito que ali enuncia não é a homossexual. Embora se lhe faça

³ Disponível em: < <http://claudiopicazio.blogspot.com.br/2011/04/campanha-portuguesa-contrabullying.html>> Acesso em: 28 mar. 2014.

referência e dele se trate – inclusive em termos de uma, como talvez dissesse Pêcheux, identidade socialmente distribuída e aferida –, a posição homossexual tem sua voz silenciada, o que provoca um movimento de inscrição subjetiva interessante, materializando as condições de produção de um sujeito homossexual.

Isso porque se, por um lado, se reconhece o estatuto existencial do homossexual, qua um sujeito de direito e não meramente um ator social alocado em zonas de exclusão no campo jurídico, por outro lado o faz sob a efígie de uma concessão, uma vez que a dimensão enunciativa na peça se realiza pela produção de um efeito-narrador em terceira pessoa que funciona como tamponamento da ausência do gesto de dar a voz e que, no esteio do gesto designativo, tanto administra/modaliza esse sujeito designado quanto parametriza a distância em relação a ele.

Admitida a plausibilidade desse raciocínio, ousaríamos ainda categorizar tal efeito-narrador como narrador onisciente. Isso porque o gesto designativo é uma ilusão referencial – que, como tal, se projeta à exterioridade (Ele/Ela é) – e, no mesmo compasso, uma convicção que se realiza no íntimo (eu/nós sei/sabemos o que ele/ela é), apesar do que Pêcheux (1995) cunhou esquecimento nº2 – o esquecimento que corresponde à tópica pré-consciente freudiana e se refere à impossibilidade de o sujeito ter pleno domínio do sentido daquilo que enuncia.

Dessarte, é justamente nesse esforço adicional de demarcação de fronteiras (eu/nós versus Ele/Ela) que se percebe a porosidade dessa cisão: essa posição homossexual sobre a qual se enuncia no texto é construída no e pelo imaginário do heterossexual, resultando como uma projeção sócio-historicamente determinada e situando a equivocidade do gesto designativo nos seguintes termos: essa terceira pessoa afirmara ser gay/lésbica ou é a posição-sujeito que se realiza como efeito-narrador que assim o identifica?

Isso posto, o enunciado em tela funciona em dois níveis diferentes, produzindo convenientes efeitos de sentido, à medida que esses agem à guisa de evidências que a sutura ideológica irá coligar na tessitura narrativa. Em um nível, “X é Y” intervém no domínio de memória, performatizando um gesto autodesignativo anterior (X disse que é Y → [por isso, eu digo que] X é Y) que esmaece a violência simbólica do rótulo. Em outro nível, o funcionamento é tanto mais perverso quanto mais eficiente: [sou eu que digo que] ou [a mim cabe dizer que] X é Y. Dizer de X que X é X e Y interdita que X diga que é X (e tire consequências políticas disso) ou, o que seria ainda mais perigoso: interdita que X diga outra coisa de si mesmo; que ensaie movimentos de desidentificação ou de ruptura no interior de um discurso no qual ele é o fiel (necessário) da balança dessimétrica.

Nesse sentido, na dessimetria das posições enunciativas no texto (o enunciador que se vale da primeira pessoa para dizer de uma terceira a um enunciatário – a posição leitor antecipada pelo enunciador) materializa-se a dessimetria das posições discursivas. Na esteira do que diz Žižek e Daly (2006) sobre a contradição, ousamos relacionar a diferença entre as contradições discursiva e retórica, para o que estamos a analisar, com as formações imaginárias de Pêcheux: assim, não há campo comum (no caso, o das ilusões subjetiva e objetiva) disputado por posições antípodas, mas diferentes visões do mesmo campo que mascaram o rastro da cesura interpretativa que as constitui justamente no efeito totalizante da sua visada. O sentido e suas evidências são produzidos, pois, por sobreposições de campo, do que resultam a visibilidade de um e a obliteração de outro(s).

Retomando o que desenvolvemos anteriormente sobre o expediente retórico-argumentativo da concessão, essa outorga do poder ser funciona metonimicamente a não poder não ser e a não poder não ser como outrem diz dever ser. Administram-se, pois, ambos

os limites do gradiente subjetivo: situando zonas de saturação ou de interdição (circunscrevendo o lugar discursivo apropriado à reprodução das relações de poder) e modalizando as realizações da posição histórica no âmbito individual (ainda que apresentando sob o efeito de uma escolha pessoal; e não é sem relação que a sexualidade é construída, no discurso opressor, como opção e não como orientação/expressão).

É esse substrato ideológico que subjaz ao, e mesmo sutura o, gesto (necessário, mas ainda insuficiente), aparentemente contraditório do ponto de vista de quem detém o poder, de combater um fenômeno cultural (preconceito, *bullying*, sexismo etc.) que transmuta a radical dessimetria do jogo de relações sociais em sintoma na superfície do tecido social. A incontornável conclusão é a do limite de uma profilaxia tópica (o combate pontual) a um problema sistêmico. Nesse ponto, corroboramos a crítica žižekiana à eleição de determinadas arenas de luta pelos estudos multiculturalistas (o que retomaremos quando analisarmos SD2): elide-se o cenário da luta que atinge o cerne do problema, dispersando os esforços de práticas de resistência no combate a cicatrizes que, tratadas cá, eclodirão acolá – um e outro pontos, antessalas da repetição histórica.

Ainda sobre SD1, podemos aduzir uma observação quanto à estratégia discursiva do sujeito publicitário. A partir da antecipação da posição-sujeito leitor (o anúncio é dirigido precipuamente a heterossexuais que possam (vir a) manifestar ojeriza a colegas gays), a “escolha” de uma posição enunciativa que não a seja a do gay produziria supostamente um efeito de credibilidade à campanha: afinal, não é o gay que afirma “sou gay, e todos estão bem com isso”, o que poderia ser percebido como simples “imaginação” ou como a necessidade do indivíduo oprimido de sentir-se aceito aceitação ou mesmo como apelo pungente.

Nesse ponto, a enunciação a partir da posição heterossexual funciona por produzir dois efeitos sintomáticos do que pensamos ser o contorno ao cerne do problema do *bullying* homofóbico. O primeiro é a mobilização de saberes de um discurso de tolerância, que enviesa o combate ao problema (conforme pretendemos mostrar quando tratarmos do excerto “estamos bem com isso”). O segundo é a identificação da posição que enuncia à do sujeito-leitor, cujo funcionamento perverso não se resume a um “vamos tolerar os gays”; a perversidade da estratégia se totaliza por propor, nas fimbrias das margens da palavra e da imagem, um diálogo entre iguais. Cabe à posição heterossexual dirigir-se aos sujeitos empíricos nos quais ela se realiza e ter o direito de uma proposição/reivindicação. Se, na ponta mais bem intencionada dessa estratégia, temos a tentativa de evitação do escárnio (sob o argumento de que não haveria resposta positiva do público leitor), na ponta mais aguda, temos a manutenção de uma revigorada dessimetria.

Se o gesto designativo funciona pela ausência de um “diálogo” entre os participantes da cena (por exemplo, uma posição que diga “sou gay” e outra que afirme “estamos bem com isso”) e pela interdição social realizada por uma operação de silenciamento (ORLANDI,1993), é no seguimento de SD1 que temos o teor propositivo da posição heterossexual. Isso porque, se o encaixe sintático de dois pré-construídos (o sujeito a quem cabe o poder de designar e a redução do respeito a uma injunção de avaliação pessoal) se dá pelo conectivo “e”, a ausência da vírgula entre as duas orações (requerida, uma vez não comungarem as orações de um mesmo sujeito gramatical) materializa a representação da primeira pessoa do plural na autoria do gesto designativo (apresentado, em uma leitura rápida, como uma verdade factual; não um juízo perceptivo de si ou de outrem).

Assim, considerando-se o lugar de onde se enuncia, produz-se um efeito de preenchimento da primeira oração: “[nós sabemos/identificamos/afirmamos que] ele é gay e

estamos bem com isso”, no esteio da extensão retroativa do “nós”, que dessarte alcança o início do sintagma. A cisão enunciativa que se nos apresenta na linearidade é ora suturada discursivamente, na presença esconsa de um pronome de primeira pessoa do plural, que, embora assuma ideologicamente toda a extensão do dizer (e tire convenientes consequências políticas disso) e embora se nos apresente como consenso, funciona socialmente justamente por dissimular a cesura, o dissenso (no sentido rancieriano), a divisão política do sentido. Esse efeito totalizante que legitima o poder dessa posição de nomear não resiste a uma simples pergunta: quem é afinal esse nós?

Para analisar o excerto “estamos bem com isso”, pensamos poder lembrar o célebre desenvolvimento de Ducrot acerca do enunciado negativo. Resumidamente para o fim proposto aqui, ater-nos-emos a lembrar que, em um enunciado como “Ele não é inteligente”, haveria dois do que o pensador chamava enunciadores: o enunciador 1, que afirma “Ele é inteligente”; e o 2 que afirma o que está dito *ipsis litteris*, com o qual se identificaria o locutor do enunciado. Concluindo, só se nega o que é afirmado ou afirmável.

Conforme desenvolvemos em Quevedo (2012), pensamos que haja um funcionamento homólogo nos enunciados afirmativos: o ato de enunciar “Ele é inteligente” só produz sentido por oposição ao enunciado exatamente inverso. É preciso que haja um enunciado anterior – seja efetivamente realizado (na forma de uma afirmação, de uma interrogação etc.) seja realizável (na forma de uma pressuposição, de uma subsunção, de um axioma etc.) – cujo teor propositivo seja formulado parafrasticamente a “Ele não é inteligente”. É essa condição de partida para a tomada da palavra.

Creditada alguma plausibilidade a esse desenvolvimento teórico-analítico, podemos lançar em outros termos a análise de “estamos bem com isso”. Só se o enuncia se, factual ou hipoteticamente, não estamos, verdadeiramente, bem com isso; se, alhures ou mesmo cá, esse não estar bem reverbera em práticas de exclusão velada ou declarada. Assim, pressupondo a enunciabilidade do seu contrário, o excerto funciona por remeter às condições de produção da peça textual e da campanha portuguesa: o contínuo ataque aos direitos de uma minoria de ser respeitada. Obviamente, não fosse o comportamento homofóbico um problema existente e sério, tal campanha, tal peça e tal excerto não teriam razão de existir.

Alcemos a uma maior extensão tais observações. O próprio fato de ser uma campanha específica (e não contra o preconceito de forma geral) é uma pista do quão se possa estar (o governo ou os movimentos ligados à causa) preocupado com a especificidade do tema, o que decerto não invalida o, a nosso ver, acerto da crítica de Žižek às arenas particulares da luta ideológica. Ademais e em concerto, o adjetivo restritivo “homofóbico”⁴ na SD2 parece funcionar como pista da gravidade do problema: a necessidade de categorizar esse tipo de *bullying* – ou melhor: de categorizar homofobia como *bullying* – produz um efeito de memória tão preciso quanto cruel: a ojeriza ao homossexual como mero rito informal escolar, mera brincadeira entre alunos ou, como se sói dizer, coisa de adolescentes.

Nesse sentido, o adjetivo restritivo funcionaria à guisa de um aposto explicativo se hipotetizássemos uma inversão sintagmática: “a homofobia escolar, *bullying*, (...)”. O efeito sinonímico que advém somente após tal inversão parece-nos rastro de uma produção da memória discursiva que sustenta ideologicamente a prática social de exclusão, naturalizando-a no contexto de um aparelho de Estado (AIE), o escolar, que, por excelência, disciplina as representações sociais. É no apagamento da prática como violência e dos seus atores como vitimizador e vítima (apagamento que, em outro nível, ainda se faz notar na

⁴ Devemos o desenvolvimento que segue à arguta observação de Jael Sigales Gonçalves.

campanha) que justamente se autoriza/legitima seu funcionamento.

Atinente ao desenvolvimento da compreensão sócio-histórica dos sujeitos (e ao de outras tecnologias sociais), podemos relacionar o surgimento do termo *bullying*, para dar conta das práticas de exclusão, assédio e agressão entre indivíduos de mesma posição hierárquica. Isso nos lembra a observação de Žižek quanto aos duros códigos informais de ética entre os militares ou entre estudantes que permitem inclusive o relaxamento do exercício do poder central, vertical, uma vez que o verdadeiro esteio do poder se encontra fora da cena. Nesse sentido, ousamos afirmar que historicamente o que hoje se compreende por *bullying* sempre-já foi uma estratégia de poder para determinar os indivíduos, interpelados em sujeitos, a vir livremente ocupar seus lugares sociais. A arena do termo lexical é uma prática de resistência quando integra o bastidor à cena via o Simbólico.

No entanto, malgrado o bom propósito da campanha, em “estamos bem com isso”, mais uma vez percebemos essa posição heterossexual dando as cartas do sentido. Isso porque o discurso da conscientização anti-homofóbica materializado na formulação apaga, silencia sentidos exteriores (advindos de outro discurso; justamente o discurso desse sujeito do qual se fala) como, por exemplo, o respeito à orientação sexual ser um direito dos gays e um dever de cidadania do heterossexual. O problema social do *bullying* homofóbico é aqui reduzido ao âmbito atitudinal do indivíduo e é supostamente resolvível pela provisão de uma espécie de “guia de convivência” (ou “incentivo à tolerância”) alicerçado na injunção de um “estar bem”.

Tal administração de sentidos não apenas enviesa a dimensão histórica do problema, senão igualmente oblitera três questões importantes: esse nós estar bem com ele/ela é condição *sine qua non* para o respeito que se lhe deve? É uma demanda do movimento homossexual, isto é, faz parte da rede de saberes evocada por seu discurso, que os outros estejam bem com isso? O que é isso com o qual esse nós afirma estar bem? Poderíamos, no esteio do exercício de alterações contextuais – tal como prevê Orlandi (1999) –, seguir problematizando *ad nauseam* a transparência do sentido desse enunciado: que ele/ela seja Y importa? O que é de fato “estar bem”? etc. Algumas dessas perguntas retomaremos quando analisarmos as SDs 3 e 4.

Complementarmente, a segunda SD verbal “O *bullying* homofóbico não é aceitável na nossa escola” é um exemplo de que analisar um enunciado apenas pelo que ele diz explicitamente recobre (muito) pouco do seu sentido. Não analisando o funcionamento discursivo do “não” (ou a que discurso ou FD ele responde), o enunciado produz uma obviedade nos tempos politicamente corretos de hoje. No entanto, ele significa para bem além da sua linearidade. Ousemos uma interpretação.

A SD2 produz, pelo uso do advérbio negativo em concerto com o funcionamento de outros recursos linguísticos, diferentes efeitos de sentido, não assumptíveis ou não assumidos pelo enunciador. Em concerto com o adjetivo restritivo, produz-se, nos desvãos de um efeito de intencionalidade e explicitude da peça textual, um efeito de admissão: aceitar-se-iam nos intramuros da escola práticas discriminatórias outras, outras modalidades de *bullying*. Já em concerto com a locução adverbial “na nossa escola”, produz-se um efeito de exterioridade: implicitar-se-ia a crítica de que, em outras escolas, o *bullying* homofóbico seria aceitável.

Todavia, mais interessante para percebermos o funcionamento discursivo dessa SD é recorrermos, mais uma vez, às alterações contextuais (ORLANDI, 1999). Se, em vez da SD2 original, tivéssemos “esta escola combate o *bullying* homofóbico” ou mesmo “esta escola pune o *bullying* homofóbico”, teríamos uma declaração de ação mais incisiva por parte da escola (especialmente, na segunda alteração hipotética). Reduzir a reação da comunidade

escolar a considerar ou não o *bullying* “aceitável” convoca uma exterioridade discursiva bastante menos belicosa (afinal, tudo seria uma questão de “saber conviver”) do que a aludida por termos como “combate”/“luta” ou mesmo termos indicadores de repressão como “punir”. Ao mesmo tempo, gere sentidos que não os presentes em uma memória discursiva que evoque a luta dos homossexuais.

Se estendêssemos tal exercício à SD1 e a cotejássemos com um hipotético “El[x] é [y] e merece respeito”, igualmente teríamos como resultado o foco no sujeito histórico (sendo analisado a partir de sua inscrição ideológica e funcionando politicamente como prática de resistência) e não mais no âmbito individual, muito menos a partir de uma injunção edulcorada de inserção. Em contrapartida, na SD1 original, mobiliza-se um saber ou se produz uma evidência de integração do homossexual, a partir de um exercício dessimétrico e dessimetrizador de conscientização.

Disso advém a posição-sujeito assumida apresentar-se como um “nós”, produzindo um efeito de identidade de coletivo, que, no entanto, não se desloca de sua posição heterossexual. Afinal, nesse arranjo discursivo, o discurso da conscientização diz respeito à posição-sujeito “nós” (o “nós” dos heterossexuais tolerantes), enquanto o obliterado discurso de identidade ou de luta do homossexual alude a “ele”, o gay, e é convenientemente silenciado. Se o concerto do “nós” com o “nossa [escola]” produz a ilusão referencial de um espaço comum – um espaço “nosso” onde todos “nós” estejamos harmonizados –, os esteios do poder continuam intocados, uma vez que se parametrizam os atores e os espaços, estabelecendo o que poderíamos situar jocosamente como um deslocamento do aforismo laciano de “aquilo que em nós é mais do que nós mesmos”: na nossa escola, nós todos estamos bem com aqueles que, embora partes de nós, são menos do que nós mesmos.

Conforme pretendemos demonstrar em relação à materialidade visual, na peça publicitária, continua sendo a partir da posição heterossexual que se enuncia. Para tanto, começamos com SD3, que respeita à representação visual de um ambiente escolar. Encontramos, entre as duas peças, a reiteração de determinados elementos, estabelecendo uma repetição que, conforme lemos a tipologia de Orlandi (1999), é tanto mnemônica quanto formal.

Na repetição mnemônica – isto é, repetição idêntica de elementos –, temos a presença da mesa sobre a qual os participantes (com exceção de um) estão sentados e o quadro limpo ao fundo (aparentemente, ao menos, os mesmos mesa e quadro). Na repetição formal – ou seja, quando se repetem saberes ou representações, ainda que com variações na formulação –, podemos considerar a posição dos jovens (os rapazes estão do lado direito do quadro; as moças, do lado esquerdo).

É flagrante que os cenários estão, nas duas peças, em relação fortemente parafrástica (com um certo efeito de sentido minimalista – reduzindo-se praticamente à mesa do professor e ao quadro – e um certo efeito de sentido higienizado – não há escrita no quadro nem sujeira no chão). Já entre os atores, percebemos uma relação menos parafrástica (ou mesmo simétrica), consoante analisaremos na SD4.

Para aclararmos esse ponto das relações parafrásticas/polissêmicas – importante para as conclusões a que nossa análise encaminhará – cotejemos antes, no entanto, as SDs 1 e 2, pois também as tarjas jogam nesse circuito de relações mais e menos parafrástica. Isso porque as tarjas de dois tons de azul que constituem SD2, as duas inferiores no cartaz, são as mesmas nas duas peças. Temos aqui uma repetição mnemônica. Já em SD1, temos variações que acompanham representações de gênero. Na primeira tarja azul, percebemos a variação no pronome “Ele/Ela” e na designação “gay/lésbica”. Não diríamos, todavia, que estejam em

relação polissêmica, pois ambas enunciam a partir de um olhar heterossexual, visto que repete ou estende ao universo homossexual as mesmas dessimetrias de gênero que sustenta para os objetos de seu discurso.

Ainda na SD3, há um outro importante elemento a considerar. Contrariamente ao efeito totalizante do “nós” proposto em SD1, o que temos é sua simulação na SD visual: a materialização da primeira pessoa do plural em apenas dois indivíduos (amigos do homossexual) que são representados de “bem com isso”. Retoma-se aqui o efeito minimalista da cena, suprarreferido, desta feita por uma repetição formal. Para desenvolver analiticamente, partamos do trabalho de Ernst-Pereira (2009) e observemos o que a autora expõe sobre uma pista analítica à qual o analista deve estar atento.

a) a falta – estratégia discursiva que consiste: 1) na omissão de palavras, expressões e/ou orações, consentida inclusive pela gramática, que podem (ou não) ser resgatadas pelo sujeito-interlocutor; 2) na omissão de elementos interdiscursivos que são esperados, mas não ocorrem e podem (ou não) ser percebidos pelo sujeito-interlocutor. No primeiro caso, ela se constitui num lugar em que são criadas zonas de obscuridade e incompletude na cadeia significante com fins ideológicos determinados; no segundo, cria um vazio que visa, na maioria das vezes, encobrir pressupostos ideológicos ameaçadores. (p.3)

No caso que analisamos há uma falta que reside no nível da formulação, estruturando o dar a ver da cena: a falta dos outros colegas, a falta dos professores, a falta dos outros agentes da instituição escolar. A falta desses outros – que funciona por reduzir, na peça textual, os que estão bem a apenas dois – acaba por materializar justamente o que a campanha visa a debater: o isolamento ao homossexual, em suas mais diferentes formas.

Enquanto a formulação verbal é sustentada por um discurso em que pontificam saberes como “integração”, “conscientização” e “tolerância”, na formulação visual a falta permite-nos aceder a um processo discursivo radicalmente contraditório. Cremos irromper aqui, à revelia do sujeito, um pré-construído, esse “impensado do pensamento” (PÊCHEUX, 1995): o gay pode ser apoiado por “alguns” poucos, mas em uma perspectiva mais ampla ainda é excluído. O “nós” da formulação verbal, que cria um efeito de comunidade escolar, é, na visual, um grupo restrito. São muito poucos os que estão “bem com isso”. A materialidade dessa falta (a falta de mais agentes propostos pelo “nós”) está inscrita na impossibilidade da gestão completa dos sentidos e do gesto de leitura.

Dessarte, a SD3 significa como um elemento de contextualização em vários níveis, enunciando muito mais do que pensamos visar o projeto enunciativo. Isso porque, se contextualiza a cena de uma escola (evocando uma dada memória discursiva), contextualiza igualmente o fora da cena – o recorrente isolamento, que retorna à cena na materialidade de um silêncio, de uma falta. É na falta desses outros atores que afinal estariam bem com isso, que se percebe a lacuna de dizer da posição-sujeito e assim se remete ao interdiscurso, no qual representações como exclusão, escárnio e abuso não podem mais ser silenciadas.

Imerjamos agora na SD4. Como repetição mnemónica, temos o número de participantes da cena, assim como uma certa identidade de idade (todos são jovens) e de lugar social (todas se nos aparentam ser alunos) – esse ponto ser-nos-á de capital importância quando retomarmos a discussão do referente do demonstrativo isso, da SD1. Entretanto, no gesto de dar a ver os corpos dos rapazes e das moças, percebemos decisivas e fundamentais diferenças para o projeto do enunciador.

Elegemos, para tanto, quatro enunciados visuais: (i) o da postura do corpo; (ii) o da

proximidade física entre os participantes; (iii) o da intimidade do corpo; e (iv) o das mãos. Notoriamente, encontramos em (i) uma postura corporal mais tesa entre os rapazes e mais relaxada entre as moças – os troncos delas estão mais arqueados para o lado. Em (ii), o abraço é mais aconchegante entre as moças – menos protocolar; mais amistoso. Entre os rapazes, é nítida a regulação do afeto no corpo.

Em (iii), temos a intimidade do corpo masculino mais preservada: seja pela tarja, seja pela região da genitália esconsa atrás das mãos cruzadas, da mesa e do caderno. Já entre as moças, temos, além da tarja que não interdita a visibilidade do corpo feminino, a descontração da mão entre as pernas de calça *legging*, o jeans sem interdição ao olhar ou mesmo a intimidade sob a saia da moça à esquerda mais protegida por um jogo de luzes do que pela posição inútil do caderno. Três regulações da visibilidade do corpo feminino que, em contraposição ao recato jovial da outra peça, formulam – nos pés a olhos vistos, na perna nua e torneada ou na medianidade dos decotes, as medidas do olhar masculino à mulher que adolece nos bancos escolares.

Em (iv), porém, temos talvez a melhor figurativização desse olhar regulado(r) dos corpos. É na assimetria das mãos dos rapazes e das moças que percebemos o investimento libidinal levemente fetichista do olhar masculino. Se as mãos delas nos fornecem hiatos com interessantes efeitos de sentido, as seis mãos deles prestam contas ao espectador de onde estão, protegendo a intimidade do corpo, sustentando o corpo sobre a mesa ou repousando protocolarmente sobre o ombro do outro: repouso sem toque, denunciado pelo arqueamento das falanges.

Já entre as moças, as mãos funcionam de forma diversa: como não interdição ao íntimo que performatiza o convite ao olhar (no caso da moça à esquerda), como a abdicação da distância ao seio da amiga que prenuncia a carícia feminina (no caso da moça ao centro em direção à primeira moça) ou como a intimidade relaxada que realiza o ato de tocar-se (moça à direita).

Na sugestão do toque ao seio – que anuncia o corpo desejante da mulher –, na sepsia permitida do tocar-se – que prenuncia a consumação do desejo – ou no fora de enquadramento do toque das mãos (as mãos que não vemos atrás da moça do centro) – que denuncia o ensaio obsceno da pulsão, temos o olhar masculino regulando a representação da homossexual feminina – integrando-a à ordem simbólica, ao dizível, sob a forma do fetiche –, no mesmo compasso em que regula o homossexual masculino, por enunciados como o da mão, que mesmo tocando não toca, não afeta o corpo do outro.

Se o desejo da mulher pela mulher é da ordem do excesso permitido e previsível, do obsceno – concupiscível e objeto de gozo nos desvãos do lugar (um não visto visível) –, o desejo do homem pelo homem, para a posição heterossexual, é da ordem do não dizível, do não enunciável, do impossível, do que retorna como sintoma, como elemento estranho e constitutivamente perturbador.

Cabe aqui talvez ousar uma conjectura: e se pensarmos, no esteio de Lacan e de Žižek, que o Real retorna sob o signo da repetição, mas na figura de um elemento estranho/perturbador, não plenamente integrado à ordem simbólica (embora a constituindo por sua ausência), como poderíamos ler esse rapaz em pé, que foge à disposição serial dos participantes da campanha publicitária? Se todos os cinco demais estão sentados, que metáfora representaria esse rapaz expulso da cena original (a qual se compõe por esse sentar-se sobre a mesa), mas que retorna à cena, perturbando-a com a diferença do seu estar em pé, com o estranhamento da sua proximidade aos rapazes, com o interdito do toque onde as mãos são tão soliloquistas: sintoma? O abraço por trás, por sua vez, não seria a metáfora –

subtil o suficiente para ser integrada ao olhar da posição heterossexual – do ato sexual do homossexual masculino: a sepsia que, afinal, restabelece a homologia radical entre as duas peças, a qual a posição heterossexual denega ao sonegar?

Aqui, pensamos poder chegar ao isso, da SD1. Com que isso, afinal, esse nós está bem? Com o isso do poder androcático da designação ao homossexual (como desenvolvido em SD1)? Com o isso do investimento retroativo na memória da homofobia escolar, o qual (irmanando as SDs 1 e 2) elide representações como luta, direito, dessimetria, reduzindo-os ao pó da boa convivência? Com o isso da falta (SD3) que materializa a negação da linearidade textual; o sintoma de que há algo aí que perturba, apesar do corolário de boas intenções? Ou com o isso que responde pelo investimento do olhar heterossexual que regula, parametriza, dessimetria os corpos das homossexualidades masculina e feminina (SD4)?

Considerações finais

Concluindo, parece-nos que a peça publicitária, embora textualize um discurso de conscientização – frise-se: uma louvável iniciativa –, não o faz senão silenciando a gravidade do problema e calando o discurso de que a convivência de orientações de gênero nas escolas é muito mais do que a injunção de um sentimento de “estar bem”: é um dever e um direito. O combate ao *bullying* homofóbico não se faz (ou fará) mediante a súbita e a-histórica “conscientização”, mas resulta(rá) de uma luta, histórica e política, tanto mais eficiente quanto menos desigual for a relação de forças.

Na confluência das materialidades verbal e visual, a construção dessa aceitação assim como da tolerância revelou-se uma manifestação última, e superior, da própria desigualdade, da manutenção da assimetria, visto que se apresenta com uma concessão. Tal como nos programas de TV – para os quais os gays são convidados a ocupar um lugar específico de dizer: falar de moda, de festas, de fofocas ou da própria sexualidade –, a constituição de uma posição-sujeito de perspectiva heterossexual no texto reproduziu, por oposição à bem intencionada mensagem, um discurso discriminatório sobre a orientação sexual, materializado na falta e no silêncio, e reproduziu também o de preconceito de gênero, na textualização visual dos corpos masculino e feminino, talvez por uma estratégia de antecipação do que iria chocar menos a posição-sujeito leitor.

Quando o direito ao respeito é apresentado como um exercício de afetividade ao homossexual, o efeito é o comportamento politicamente correto em cena, a imagem posada (como a das fotos da campanha), a prática social encenada ao outro leitor e ao Outro, simbólico. O que retorna sob o signo da repetição, na tessitura da imagem ou no tecido social, é sintoma de investimentos de significação que meramente contornam o elemento que nos perturba e que meramente reduzem a multiplicidade do exercício da sexualidade humana a uma dicotomia.

Como reafirmação do poder androcático, a campanha falha ao não domar o anverso dos seus esforços de regulação e higienização do eros homoafetivo do outro, que retorna na sepsia da pulsão. Como prática social de boa convivência – a contrapartida da ideologia dominante a uma prática de resistência do sujeito oprimido –, a campanha falha no contorno edulcorado ao cerne da questão que materializa uma espécie de paradoxo enunciativo de, ao mesmo tempo, mentir (que se está bem) e dizer o óbvio (que o *bullying* é inaceitável).

Se a imagem fala e falha, é porque se matiza pelo encontro abrupto do Real com o Simbólico e do cerne indevassado dessa impossibilidade conjuntiva. A travessia dessa

fantasia talvez implicasse a prática política da autodefinição – a redivisão do trabalho social de leitura, que suportasse o gesto de autodesignação. Até porque, conforme aprendemos com Pêcheux (1995), o primeiro primado prático da luta proletária é o de que ninguém pode pensar a partir do lugar de quem quer que seja.

The obverse of the regulation and hygienic process of the homoaffective eros: the “symptom” in the social inclusion discourse

ABSTRACT: We aim at analyzing two pieces of a Portuguese campaign against the homophobic bullying in schools, from the perspective of Discourse Analysis based on Pêcheux’s concepts. Between the two pieces there is the repetition of verbal and visual elements but also clear differences in what concerns the presentation of boys’ and girls’ bodies, among other visual and verbal estrangements. These are signs of a discourse which, although mindful of the violence undergone by a minority, constitutes itself from a very precise place: the one of the heterosexual.

Key word: discourse; image; bullying.

REFERÊNCIAS

BORRILLO, D. *Homofobia*. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2001.

CASTAÑEDA, M. *O machismo invisível*. São Paulo: A Girafa Editora, 2006.

ERNST-PEREIRA, A. A falta, o excesso e o estranhamento. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2009.

LOURO, G. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio*. No movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

ORLANDI, E. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. de Eni P. Orlandi (et al.). 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

QUEVEDO, M.Q. de. *Do gesto de reparar a(à) gestão dos sentidos: um exercício de análise da imagem com base na Análise de Discurso*. 2012. 253f. Dissertação. (Mestrado em Letras - Linguística Aplicada) Universidade Católica de Pelotas, Pelotas.

ZIZEK, S.; DALY, G. *Arriscar o impossível: conversas com Žižek*. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins fontes, 2006.

Data de envio: 26/05/2014
Data de aceite: 16/03/2015
Data de publicação: 23/04/2015